



SL-081FV-21
CÓD: 7908433201618

PC-SP

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

1000 Questões Gabaritadas (Vunesp)

CADERNO DE QUESTÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa correta no que se refere ao emprego dos elementos destacados.

a) Após denunciar o sargento, o tenente chegou a ser chamado de “linguareto”, xingamento do qual não se chateou.

b) Acusado de revelar informações impróprias à respeito do sargento, o tenente alegou de que estava cumprindo ordens.

c) O tenente foi advertido à não fazer menção aos hábitos alimentares do sargento, aos quais não são nada saudáveis.

d) Os hábitos alimentares do sargento, a que o tenente fez menção, não parecem interessar à segurança interna.

e) A segurança interna, departamento o qual foi encaminhada a denúncia sobre o sargento, não deu importância à ela.

2. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a frase que apresenta a regência correta, de acordo com a norma-padrão, no segmento destacado.

a) Ela confessou de que tem trabalhado mais do que gostaria.

b) Ele tem esperança a que logo terá mais tempo para o lazer.

c) Ela partiu do pressuposto a que o trabalho dignifica o homem.

d) Ele está convicto que é possível trabalhar e se divertir.

e) Ela demonstrou acrença de que o lazer dignifica a vida.

3. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) A concordância nominal está de acordo com a norma-padrão em:

a) A combinação entre sucesso profissional e lazer deve ser transformada em propósito de vida.

b) Sucesso e diversão são compatível; aliás, trabalho sem diversão pode levar ao adoecimento.

c) Preocupado em conquistar estabilidade financeira, nós acabamos não dando atenção ao lazer.

d) É extremamente necessário a dedicação de algumas horas na semana ao convívio social.

e) Ainda são muito escasso, em comparação com o tempo de trabalho, os momentos de diversão.

4. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)

O trabalho dignifica o homem. O lazer dignifica a vida

“Escolha um trabalho que você ame e não terá que trabalhar um único dia em sua vida.” A frase do pensador Confúcio tem sido o mantra de muitos que, embalados pela concepção de que ofício e prazer não precisam se opor, buscam um estilo de vida no qual a fonte de renda seja também fonte de alegria e satisfação pessoal. A questão é: trabalho é sempre trabalho. Pode ser bom, pode ser até divertido, mas não substitui a capacidade que só o lazer possui de tirar o peso de um cotidiano regido por prazos, horários, metas.

Não são poucas as pessoas que eu conheço que negligenciam o descanso em prol da produção desenfreada, da busca frenética por resultado, ascensão, *status*, dinheiro. Algo de errado em querer tudo isso? A meu ver, não. E sim. Não, porque é digna a recusa à estagnação. Sim, quando ela compromete momentos de entretenimento, minando, aos poucos, a saúde física e mental de quem acha que sombra e água fresca são luxo e não merecimento.

Recentemente, um construtor com o qual eu conversava me disse que estava havia nove anos sem férias, e lamentou o pouco tempo passado com os netos. O patrimônio veio de dedicação e empenho, mas custou caro também. Na hora me perguntei se era realmente preciso escolher entre sucesso e diversão.

Poucas coisas são tão eficazes na função de honrar alguém quanto o ofício que se exerce. Momentos de pausa, porém, honram o próprio ofício. A vida se equilibra justamente na possibilidade de converter o dinheiro advindo do esforço em ingressos para *o show* da banda preferida, passeios no parque, pipoca quentinha e viagens de barco.

(Larissa Bittar. *Revista Bula*. www.revistabula.com. Adaptado)

Observa-se uma relação de causa e consequência, nessa ordem, na seguinte passagem:

a) “Poucas coisas são tão eficazes na função de honrar alguém quanto o ofício que se exerce.” (4º parágrafo)

b) “Não, porque é digna a recusa à estagnação.” (2º parágrafo)

c) “Escolha um trabalho que você ame e não terá que trabalhar um único dia em sua vida.” (1º parágrafo)

d) “Pode ser bom, pode ser até divertido, mas não substitui a capacidade que só o lazer possui de tirar o peso de um cotidiano regido por prazos, horários, metas.” (1º parágrafo)

e) “A questão é: trabalho é sempre trabalho.” (1º parágrafo)

5. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Usando o texto da questão acima como referência, responda.

Há palavras empregadas com sentido figurado em:

- a) “um construtor com o qual eu conversava me disse” (3º parágrafo).
- b) “me perguntei se era realmente preciso escolher” (3º parágrafo).
- c) “Não são poucas as pessoas que eu conheço que negligenciam o descanso” (2º parágrafo).
- d) “quem acha que sombra e água fresca são luxo e não merecimento” (2º parágrafo).
- e) “lamentou o pouco tempo passado com os netos” (3º parágrafo).

6. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto base da questão 4 como referência, responda:

A referência ao construtor, no terceiro parágrafo, serve para

- a) exemplificar que a opção pelo lazer pressupõe a recusa do sucesso.
- b) denunciar um comportamento cada vez mais raro entre as pessoas.
- c) mostrar como a dedicação excessiva ao trabalho pode levar à frustração.
- d) ilustrar o quanto o trabalho pode destruir a saúde física e mental de alguém.
- e) demonstrar que a preocupação com os bens materiais é antiética.

7. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto base da questão 4 como referência, responda:

Uma palavra que revela a crítica que a autora faz ao modo como as pessoas têm se relacionado com o trabalho está destacada em:

- a) “converter o dinheiro advindo do esforço” (4º parágrafo).
- b) “busca frenética por resultado” (2º parágrafo).
- c) “ofício que se exerce” (4º parágrafo).
- d) “escolher entre sucesso e diversão” (3º parágrafo).
- e) “recusa à estagnação” (2º parágrafo).

8. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto base da questão 4 como referência, responda:

A autora defende a opinião de que

- a) a dedicação exclusiva ao trabalho é justificável, quando gera alegria e satisfação pessoal.
- b) o lazer não pode ser substituído pelo trabalho, especialmente porque este não é fonte de prazer.
- c) o lazer deveria ser a única preocupação das pessoas e não o trabalho, como é comum.

d) a busca por ascensão e dinheiro não deve ser vista como dignificante, pois compromete o lazer.

e) o ideal é que se encontre prazer no trabalho, mas o lazer não deve ser negligenciado.

9. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) A concordância verbal está em conformidade com a norma-padrão na frase:

a) O novo guia recomenda que se passe doze meses para que um diagnóstico seja estabelecido; excetua-se os casos graves.

b) O comportamento típico dos viciados em games passam a ter descrição no guia, o que contribui para tratar a doença.

c) Os jogos, para quem é viciado, revela-se muito mais atraentes do que quaisquer outros interesses na vida.

d) Os viciados em games acabam se distanciando de amigos e familiares, cuja companhia é facilmente trocada pelo jogo.

e) Consultar as informações no guia de Classificação Internacional de Doenças ajudam médicos e pesquisadores em seu trabalho.

10. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)

Pela primeira vez, vício em games é

considerado distúrbio mental pela OMS

A 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID) irá incluir a condição sob o nome de “distúrbio de games”. O documento descreve o problema como padrão de comportamento frequente ou persistente de vício em games, tão grave que leva “a preferir os jogos a qualquer outro interesse na vida”. A última versão da CID foi finalizada em 1992, e a nova versão do guia será publicada neste ano. Ele traz códigos para as doenças, sinais ou sintomas e é usado por médicos e pesquisadores para rastrear e diagnosticar uma doença.

O documento irá sugerir que comportamentos típicos dos viciados em games devem ser observados por um período de mais de 12 meses para que um diagnóstico seja feito. Mas a nova CID irá reforçar que esse período pode ser diminuído se os sintomas forem muito graves. Os sintomas do distúrbio incluem: não ter controle de frequência, intensidade e duração com que joga *video game*; priorizar jogar *video game* a outras atividades.

Richard Graham, especialista em vícios em tecnologia no Hospital Nightingale em Londres, reconhece os benefícios da decisão. “É muito significativo, porque cria a oportunidade de termos serviços mais especializados.” Mas para ele é preciso tomar cuidado para não se cair na ideia de que todo mundo precisa ser tratado e medicado. “Pode levar pais confusos a pensar que seus filhos têm problemas quando eles são apenas ‘empolgados’ jogadores de *video game*”, afirmou.

(Jane Wakefield. *BBC Brasil*. www.bbc.com/portuguese. 02.01.2018. Adaptado)

A frase “Mas para ele é preciso tomar cuidado para não se cair na ideia de que todo mundo precisa ser tratado e medicado.” (3º parágrafo) permanecerá correta caso seja apresentado entre vírgulas o seguinte trecho:

- a) todo mundo
- b) na ideia de
- c) cuidado
- d) para ele
- e) para não se cair

11. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto da questão anterior como base, responda: Considere a relação de sentido estabelecida pelos vocábulos destacados nas seguintes passagens do texto:

● “... esse período pode ser diminuído se os sintomas forem muito graves.” (2º parágrafo)

● “É muito significativo, porque cria a oportunidade de termos serviços mais especializados.” (3º parágrafo)

Com relação às afirmações que os antecedem, os vocábulos “se” e “porque” introduzem, respectivamente, ideias de

- a) conformidade e proporção.
- b) hipótese e consequência.
- c) condição e explicação.
- d) modo e oposição.
- e) tempo e concessão.

12. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto da questão 10 como referência, responda:

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, sinônimos para os vocábulos “persistente” (1º parágrafo) e “típicos” (2º parágrafo).

- a) Consistente e eventuais.
- b) Insistente e característicos.
- c) Intermitente e específicos.
- d) Contínuo e excepcionais.
- e) Eventual e comuns.

13. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto da questão 10 como referência, responda: De acordo com Richard Graham,

- a) nem todos os jovens viciados em *games* precisam ser tratados e medicados, já que essa condição costuma ser passageira.
- b) a classificação de um indivíduo como viciado em *games* deve ser feita com cautela, pois ele pode ser apenas um jogador entusiasta.

c) a decisão de se considerar o vício em *games* como distúrbio mental é benéfica e não existe restrição para ser posta em prática.

d) os pais de jovens viciados em *games* também precisam de tratamento especializado, para saberem como medicar os filhos.

e) os serviços especializados no tratamento de pessoas com inclinações ao vício carecem de maior apoio dos governantes.

14. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto da questão 10 como referência, responda:

Na sequência em que ocorrem no texto, a expressão

a) “diagnóstico” (2º parágrafo) é retomada pela expressão “distúrbio” (2º parágrafo).

b) “vícios em tecnologia” (3º parágrafo) é retomada pela expressão “serviços mais especializados” (3º parágrafo).

c) “última versão da CID” (1º parágrafo) é retomada pela expressão “a nova versão do guia” (1º parágrafo).

d) “vício em *games*” (título) é retomada pela expressão “condição” (1º parágrafo).

e) “padrão de comportamento” (1º parágrafo) é retomada pela expressão “qualquer outro interesse” (1º parágrafo).

15. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto da questão 10 como referência, responda:

Segundo o texto, uma vantagem de o vício em *games* estar incluso no guia de Classificação Internacional de Doenças (CID) diz respeito

a) à facilidade em diferenciar o vício em *games* de dependências que ainda não foram catalogadas.

b) ao barateamento imediato dos tratamentos especializados no controle da doença.

c) à possibilidade da ampliação da oferta de serviços mais especializados no tratamento dessa condição.

d) ao acesso mais fácil a medicamentos que impedem o surgimento desse tipo de vício.

e) à rapidez com que os viciados em *games* decidem procurar um médico.

16. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa em que em que a colocação do pronome destacado atende à norma-padrão da língua.

a) Apenas quando lembra-se do que lera nos jornais, o narrador compreende a razão de não haver pão.

b) Ao ouvir a história do padeiro, o narrador indigna-se com a forma como sempre tratavam nas casas.

c) O narrador relacionava a história do padeiro à sua, se recordando do tempo em que era um jovem escritor.

d) De tanto ouvir que não era ninguém, o padeiro já não se incomodava mais por ser tratado assim.

e) Para o padeiro, era natural a ideia de que ninguém reconhecia o devido à natureza do seu trabalho.

17. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018) Leia o texto para responder à questão.

O padeiro

Levanto cedo, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento – mas não encontro o pão costureiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a “greve do pão dormido” – uma greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o quê do governo.

Está bem. E enquanto tomo meu café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

– Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo?

“Então você não é ninguém?”

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: “não é ninguém, não senhora, é o padeiro”. Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu preferi não o deter para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal – e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou um artigo em meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”

E assobiava pelas escadas.

(Rubem Braga. *Para gostar de ler*. Vol. 1 – crônicas. São Paulo: Ática, 1979. Adaptado)

Assinale a alternativa em que o acréscimo das vírgulas na frase está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

a) Muitas vezes lhe acontecera, bater a campainha de uma casa, e ser atendido por uma empregada...

b) No mesmo instante me lembro, de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera, sobre a “greve do pão dormido”...

c) ... e dentro do meu coração eu recebi, a lição de humildade daquele homem, entre todos útil e entre todos alegre...

d) E, enquanto tomo meu café, vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente.

e) ... acham que obrigando, o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido, conseguirão não sei bem o quê do governo.

18. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018) De acordo com o texto da questão anterior, responda:

Considere as frases:

• Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. • ... estava falando com um colega, ainda que menos importante.

As expressões em destaque nas frases exprimem, respectivamente, ideia de

- inclusão; comparação.
- tempo; concessão.
- modo; finalidade.
- adição; conclusão.
- modo; condição.

19. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto da questão 17 como referência, responda:

Assinale a alternativa que se caracteriza pelo emprego de palavra ou expressão em sentido figurado.

- Era pela madrugada que deixava a redação de jornal...
- ... ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento...
- ... e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem...
- Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno.
- E enquanto tomo meu café vou me lembrando de um homem modesto...

20. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto da questão 17 como referência, responda:

O texto traz

a) uma narrativa sobre um cotidiano remoto, em que são discutidas as dificuldades para se conseguir itens hoje facilmente encontrados.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

No que concerne às disposições da Lei nº12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), é correto afirmar que

a) na hipótese de colaboração premiada, o prazo para oferecimento de denúncia, relativo ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, improrrogáveis, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

b) na hipótese de colaboração premiada, o prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, não sendo suspenso o respectivo prazo prescricional.

c) o Delegado de Polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

d) nos crimes previstos na referida lei, observadas as disposições do Código de Processo Penal, a instrução criminal deverá ser encerrada no prazo de 120 (cento e vinte) dias quando o réu estiver preso, prorrogáveis em até igual período, por decisão fundamentada, somente na hipótese de fato procrastinatório atribuível ao réu.

e) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação dependerá de representação do Delegado de Polícia, descrevendo indícios seguros na necessidade de obter as informações por meio desta operação, ao juiz competente que poderá autorizar, de forma circunstanciada, motivada e sigilosa, cientificando, posteriormente, o Ministério Público para o devido acompanhamento.

2. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Nos termos da Lei nº11.340/2006 (Lei Maria da Penha):

a) a mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional do sexo feminino especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.

b) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.

c) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores, preferencialmente do sexo feminino e previamente capacitados.

d) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.

e) a mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.

3. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018) A prisão temporária é cabível

a) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial nos crimes, entre outros, de latrocínio e epidemia com resultado morte, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

b) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial nos crimes, entre outros, de latrocínio e roubo, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

c) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou instrução processual, nos crimes, entre outros, de latrocínio e sequestro ou cárcere privado, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

d) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou instrução processual, nos crimes, entre outros, de latrocínio e roubo, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

e) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, decretada de ofício pelo magistrado ou a requerimento do Delegado de Polícia, nos crimes, entre outros, de latrocínio e estupro, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

4. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018) Sobre as nulidades, é correto afirmar:

a) para fins de convalidação dos atos processuais, as nulidades da sentença condenatória deverão ser alegadas na execução da pena, sob pena de convalidação.

b) a preclusão não se aplica às nulidades por expressa disposição legal.

c) segundo o princípio da instrumentalidade das formas, não se anula um ato se, embora praticado em desacordo com a forma prevista em lei, atingiu o seu fim.

d) a não intervenção do Ministério Público na ação privada subsidiária da pública gera nulidade absoluta.

e) o princípio do interesse aplica-se tanto às nulidades absolutas como às relativas.

5. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018) A respeito da prova, é correto afirmar:

a) não se admite a produção de provas não disciplinadas em lei, sob pena de violação do princípio da taxatividade.

b) a produção da chamada prova emprestada deve obedecer ao procedimento previsto no CPP, sob pena de seu não aproveitamento.

c) fonte de prova é o instrumento por meio do qual se introduzem no processo os elementos probatórios.

d) meio de prova é tudo que é idôneo a fornecer o resultado apreciável para a decisão do juiz.

e) elemento de prova é o dado bruto que se extrai da fonte da prova, ainda não valorado pelo juiz.

6. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018) No que se refere à comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

a) A citação por procuração é aceita desde que o procurador tenha poderes especiais para tanto.

b) Existem três formas de citação: a real, a ficta e a editalícia.

c) A ausência de citação é causa de nulidade absoluta no processo, mas a inobservância das formalidades da citação gera nulidade relativa do ato.

d) Ao verificar que o réu se oculta para não ser citado, dar-se-á a citação por edital.

e) No caso de citação do militar, além do mandado de citação, que deverá ser cumprido por oficial de justiça, também é necessária a notificação do chefe da repartição pública em que o militar estiver lotado.

7. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018) Acerca do duplo grau de jurisdição, é correto afirmar que

a) constitui afronta ao princípio do duplo grau de jurisdição a cogitação da existência de um sistema com irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

b) a possibilidade de interposição de recurso especial e extraordinário não é manifestação do duplo grau de jurisdição.

c) o exame direto da matéria pelo Tribunal em recurso de apelação constitui supressão do primeiro grau de jurisdição, mas não caracteriza violação do princípio do duplo grau de jurisdição.

d) a garantia do duplo grau de jurisdição vale tanto para o acusado como para o acusador.

e) a Constituição de 1988 assegurou expressamente referido princípio constitucional, dentre vários outros, assim como a Convenção Americana de Direitos Humanos, que assegura a todos os acusados, entre as garantias processuais mínimas, o direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior.

8. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018) No que se refere à prova testemunhal, assinale a alternativa correta.

a) Não se admite no processo/inquérito policial a presença de testemunhas indiretas, que são as que depõem sobre conhecimentos obtidos por intermédio de terceiros.

b) É característica do testemunho a sua objetividade, isto é, a testemunha, como regra geral, depõe sobre fatos percebidos pelos seus sentidos, sem emissão de juízos de valor ou opinião pessoal.

c) A oitiva das testemunhas acontece no lugar que for a ela conveniente.

d) A judicialidade não é característica da prova testemunhal, à vista de sua produção se dar também em inquérito policial.

e) Informantes não são classificados como testemunhas por conta das informações sigilosas que detêm.

9. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018) A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

a) Para saber qual é a autoridade policial *competente* para um certo inquérito policial, utiliza-se o critério *ratione loci* ou *ratione materiae*.

b) A autoridade policial poderá arquivar autos de inquérito policial se convencida da inexistência da materialidade delitiva.

c) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, autoridade policial poderá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

d) Como peça obrigatória para o oferecimento da denúncia, os autos de inquérito policial acompanharão a denúncia ou queixa.

e) O inquérito policial é um procedimento administrativo, de natureza acusatória, escrito e sigiloso.

10. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Tício foi absolvido da acusação de prática do crime de homicídio qualificado. Inconformado com a decisão, o Ministério Público interpõe recurso de apelação por entender ser a decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Dado provimento ao recurso e submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, Tício é agora condenado pela prática do crime de homicídio qualificado à pena de 12 anos de reclusão.

Com base em tais informações, afirma-se corretamente:

- a) o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri não é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- b) não se cogita a possibilidade de interposição de recurso de apelação quando houver injustiça no tocante à aplicação da pena.
- c) no caso das sentenças do júri, a apelação é recurso vinculado e não de fundamentação livre.
- d) com base no princípio da ampla defesa, é possível que a defesa interponha recurso de apelação contra a sentença condenatória pelo mesmo fundamento (decisão contrária à prova dos autos).
- e) não era dado ao Tribunal de Justiça prover o recurso interposto pelo Ministério Público, violando assim o direito fundamental da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri.

11. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Na teoria geral dos recursos fala-se em efeito iterativo ou diferido.

Assinale a alternativa que contempla recurso ou ação autônoma em que referido efeito está presente.

- a) Apelação.
- b) Revisão criminal.
- c) Recurso extraordinário.
- d) Mandado de segurança.
- e) Recurso em sentido estrito.

12. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que

- a) tiver funcionado seu cônjuge como defensor.
- b) for amigo íntimo de qualquer das partes.
- c) tiver aconselhado qualquer das partes.
- d) for sócio de sociedade interessada no processo.
- e) for credor de qualquer das partes.

13. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Caio está sendo processado criminalmente pela prática de crime de furto e em sua resposta alega ser improcedente a acusação, uma vez que discute na seara cível, em ação por ele proposta, a ilegitimidade da posse darespela suposta vítima.

Considerando a situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz poderá suspender a ação penal a depender tão somente da prévia propositura da ação cível pelo acusado.
- b) O juiz deverá suspender a ação penal até que se dirima no juízo cível a questão da legitimidade da posse.
- c) O juiz criminal pode resolver, *incidenter tantum*, a questão da posse sem que seja necessária a suspensão da ação penal.
- d) A resolução da questão prejudicial pelo juiz criminal faz coisa julgada.
- e) Não há possibilidade de suspensão da ação penal.

14. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Tício está sendo processado pela prática de crime de roubo. Durante o trâmite do inquérito policial, entra em vigor determinada lei, reduzindo o número de testemunhas possíveis de serem arroladas pelas partes no procedimento ordinário.

A respeito do caso descrito, é correto que

- a) não se aplica a lei nova ao processo de Tício em razão do princípio da anterioridade.
- b) a lei que irá reger o processo é a lei do momento em que foi praticado o crime, à vista do princípio *tempus regit actum*.
- c) em razão do sistema da unidade processual, pelo qual uma única lei deve reger todo o processo, a lei velha continua ultra-ativa e, por isso, não se aplica a nova lei, mormente por ser esta prejudicial em relação aos interesses do acusado.
- d) não se aplica a lei revogada ao processo de Tício em razão do princípio da reserva legal.
- e) não se aplica a lei revogada porque a instrução ainda não se iniciara quando da entrada em vigor da nova lei.

15. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Nos termos da Lei Federal nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo

- a) somente as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) somente os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

c) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

d) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

e) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.

16. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

A respeito do inquérito policial, procedimento disciplinado pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar que

a) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

b) ao término do inquérito, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao membro do ministério público, não podendo o juiz competente tomar conhecimento dos fatos apurados antes, sob pena de nulidade.

c) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá determinar a instauração de inquérito, ainda que não haja requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

d) o inquérito, nos crimes em que a ação pública é condicionada, poderá ser iniciado sem representação, desde que mediante despacho fundamentado da autoridade policial competente.

e) o inquérito não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.

17. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Com relação à infiltração de agentes prevista na Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa), é correto afirmar que

a) somente é possível por meio de representação de Delegado de Polícia.

b) é autorizada, em qualquer hipótese, para investigação de todos os crimes apenados com reclusão.

c) é autorizada somente na fase de investigação policial e para os crimes apenados com reclusão.

d) será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.

e) na hipótese de representação do delegado de polícia, o juiz competente, poderá autorizar, mesmo sem a manifestação do Ministério Público.

18. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Diante de uma investigação policial de um crime apenado com detenção, e verificando a necessidade de interceptação da comunicação telefônica, é correto afirmar que

a) não deverá ser solicitada ao Poder Judiciário, pois não é admitida nos crimes apenados por detenção.

b) a autoridade policial deverá requerer ao Poder Judiciário que a decretará por prazo não superior a 20 (vinte) dias.

c) poderá ser decretada pela autoridade policial pelo prazo de 20 (vinte) dias, sendo necessária a remessa da documentação ao Ministério Público para fiscalização da atividade policial.

d) poderá ser solicitada ao Poder Judiciário, mesmo na hipótese de a prova ter possibilidade de ser realizada por outros meios disponíveis.

e) a autoridade policial deverá requerer ao Ministério Público que a decretará por prazo não superior a 20 (vinte) dias.

19. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Nos termos da Lei nº 9.099/95, com as alterações feitas pela Lei nº 11.313/06 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), é correto afirmar que

a) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais dolosas e lesões culposas leves.

b) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, prevendo ou não a lei procedimento especial.

c) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, prevendo ou não a lei procedimento especial.

d) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

e) a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves independe de representação da vítima lesionada, entretanto, se o crime for de lesão corporal culposa, há necessidade da representação.

20. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

No que concerne à prisão temporária, é correto afirmar que

a) é possível a sua decretação, pelo Tribunal de Justiça, no crime de estupro, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

b) é possível sua decretação nos crimes dolosos, como regra, com prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período e nos crimes culposos, como exceção, com prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período; em ambos os casos, é necessário comprovar a extrema necessidade.

c) no crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

d) somente será decretada em face de representação da autoridade policial e apenas nas hipóteses previstas na legislação que disciplina o assunto, sempre com prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

e) não é possível a sua decretação no crime de tortura, pois a legislação que disciplina o assunto estabelece um rol taxativo de crimes, e a tortura não está contemplada.

21. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

A respeito das provas, disciplinadas nos artigos 155 a 250 do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

a) o juiz, no ordenamento brasileiro, não pode determinar a produção de prova, de ofício. A atividade probatória é de iniciativa das partes, cabendo ao juiz deferi-las ou indeferi-las, tendo em vista a pertinência.

b) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida judicialmente em contraditório e nos elementos informativos colhidos no curso do inquérito policial que, inclusive, poderão fundamentar exclusivamente a decisão.

c) os pais, os filhos e irmãos do acusado poderão se recusar a depor em processo, salvo quando não for possível, por outro meio, obter-se a prova do fato e suas circunstâncias, ocasião em que prestarão compromisso de dizer a verdade.

d) as cartas remetidas ao acusado poderão ser juntadas em prol de sua defesa, ainda que não haja consentimento dos signatários.

e) o exame de corpo e delito, direto ou indireto, é indispensável nos crimes que deixam vestígios, exceto quando há confissão do acusado.

22. (PC-SP-ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP

- 2018) Mévio, durante um mês, foi vítima de crime de ameaça, processável por ação penal pública, condicionada à representação. As ameaças eram feitas por carta, mensagens de celular e ligações telefônicas. No dia 20 de janeiro de 2017, enquanto dirigia, ele recebeu, via celular, vídeo mostrando seu carro, saindo há pouco da garagem do prédio onde se encontrava, seguido das palavras: “estou atrás de você”. Em desespero, Mévio bate o carro e, com ferimentos sérios, após passar por cirurgia, fica internado. Impossibilitado de comparecer à Delegacia, a esposa de Mévio noticia o fato à autoridade policial. A autoridade policial, passados poucos dias, identifica a pessoa que seguia o carro de Mévio no dia do acidente. Tratava-se um vizinho de bairro que, meses antes, teve com Mévio uma discussão, em jogo de futebol. Ouvido o vizinho, em 10 de fevereiro de 2017, este confessou ser o autor das ameaças, mas disse que tudo não passara de brincadeira. Mévio, ainda internado, contrata advogado e outorga a ele poderes especiais para representar contra o vizinho, para que fosse processado e condenado pelo crime de ameaça praticado. O advogado contratado por Mévio comparece à Delegacia, para representar contra o vizinho, somente em 05 de agosto de 2017, tendo juntado a procuração. Passado um tempo, Mévio e o vizinho, em uma nova partida de futebol, reconciliam-se e passam a bradar a todos que tudo não passou de uma brincadeira. Mévio, agora pessoalmente, comparece à Delegacia, em 10 de outubro de 2017, e se retrata da representação anteriormente feita, dizendo não mais querer processar o amigo.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta, levando em conta o Código de Processo Penal.

a) A representação, por previsão legal, pode ser objeto de retratação, desde que a vítima se retrate antes do prazo de seis meses, contados da data da representação. Tendo se retratado no prazo, o vizinho não mais poderá ser processado pelo crime praticado.

b) A representação, por previsão legal, só pode ser feita pessoalmente, pela própria vítima. Assim sendo, a representação feita pelo advogado de Mévio, ainda que com procuração específica, não possui validade.

c) A representação, por previsão legal, não pode ser objeto de retratação. Assim, ainda que arrependido e reconciliado com o autor do fato, Mévio não poderá voltar atrás da decisão de processá-lo.

d) A representação, por previsão legal, deve ser feita no prazo máximo de seis meses da data do fato, sob pena de decadência. Tendo sido feita fora do prazo, a representação feita por Mévio, ainda que mediante procuração, não tem validade.